

Investigação e análise da produção científica brasileira desenvolvida em Contabilidade e Sociedade publicada nos anais do Congresso Anpcont, Congresso Brasileiro de Custos, Congresso Enanpad e Congresso USP em Controladoria e Contabilidade no período de 1994 a 2011

Resumo

Este trabalho tem como objetivo identificar, analisar e descrever as mudanças relevantes ocorridas na produção científica brasileira na área de Contabilidade e Sociedade publicada nos anais do Congresso Anpcont, Congresso Brasileiro de Custos, Congresso Enanpad e Congresso USP em Controladoria e Contabilidade entre 1994 e 2011. Os procedimentos metodológicos admitidos caracterizam a pesquisa como sendo descritiva e explicativa, documental, de método dedutivo e natureza aplicada com variáveis puramente qualitativas. As produções científicas que fizeram parte deste estudo foram analisadas mediante cinco dimensões previamente estabelecidas, quais sejam: quantitativa, área temática, referencial teórico, metodologia e cientificidade. Os resultados obtidos apontam que a área de Contabilidade e Sociedade está, constantemente, presente nas discussões dos congressos brasileiros analisados; que os temas mais abordados são Responsabilidade Social e Ambiental, Contabilidade Ambiental e Orçamento e Contabilidade Governamental; e que é preciso ampliar e aprimorar o rigor metodológico e científico utilizado na elaboração dos trabalhos publicados.

Palavras-chave: Contabilidade. Sociedade. Anais de Congressos.

Área Temática: Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor.

1 INTRODUÇÃO

O papel da Contabilidade na sociedade aumenta sua complexidade com as evoluções nas diversas esferas, ou seja, os desenvolvimentos sociais, ambientais e financeiros ampliam as áreas na qual a Ciência Contábil deve fornecer informações para os mais diferenciados *stakeholders*. Desse modo, esta área do conhecimento que estuda o patrimônio, encontra-se em constante aprimoramento, vista que a mesma evolui concomitantemente com a sociedade e suas respectivas transformações.

As organizações, por estarem inseridas na sociedade, são as que mais necessitam desta ciência por dois principais motivos. Primeiramente, como fonte de conhecimento, pois tendo em vista que as entidades demandam estudos teóricos para a organização e gerenciamento dos diversos dados que, diariamente, surgem na comercialização de bens e serviços. Por outro lado, a Ciência Contábil atua como relevante fonte de informações, sendo que, a partir dos fatos contabilizados corretamente, há a possibilidade de gerar relatórios que demonstrem a situação da empresa, tornando possível, desta forma, a tomada de decisões interna e o controle das atividades desempenhadas por parte da sociedade.

Porém, para que haja novas fontes de conhecimento e, conseqüentemente, fontes de informações úteis, faz-se primordial os estudos e discussões aprofundados objetivando suprir todas as necessidades atuais com o maior detalhamento possível. Desse modo, esta ciência tem demonstrado nos últimos anos um crescimento bastante significativo e inquestionável, pois se multiplicaram os programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, bem como se elevaram as

ofertas de cursos de especialização. Foram criados novos seminários, encontros e congressos – espaços privilegiados para apresentação e discussão de textos científicos.

Diante desse contexto, esta pesquisa teve como preocupação principal a seguinte indagação: quais as principais mudanças ocorridas na produção científica brasileira na área de Contabilidade e Sociedade publicada nos anais do Congresso Anpcont, Congresso Brasileiro de Custos, Congresso Enanpad e Congresso USP em Contabilidade e Controladoria entre 1994 e 2011?

Para fins desta pesquisa, as mudanças relevantes a serem investigadas estão sistematizadas em cinco dimensões de estudo, a saber: quantitativa, área temática, referencial teórico, metodologia e cientificidade.

Diante desta situação problemática, o objetivo geral desta pesquisa descritiva-explicativa consistiu em identificar, analisar e descrever as mudanças relevantes ocorridas na produção científica brasileira na área de Contabilidade e Sociedade publicada nos anais do Congresso Anpcont, Congresso Brasileiro de Custos, Congresso Enanpad e Congresso USP em Controladoria e Contabilidade no período de 1994 e 2011.

A sociedade, de certa maneira, almeja que a Contabilidade utilize seus instrumentos para melhorar a troca de informações entre ou usuários internos e externos, de maneira que além dos fins lucrativos, as mesmas preocupem-se com aspectos sociais. Assim, o estudo da evolução e mudanças ocorridas nas produções científicas na área de Contabilidade e Sociedade justifica-se pelo necessário desenvolvimento contínuo da Contabilidade e para que se possam atender as suas constantes alterações, faz-se necessário à realização de pesquisas que levem em discussão a qualidade dos trabalhos, o que justifica a escolha do tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, encontra-se o desenvolvimento dos tópicos relacionados à Contabilidade e Sociedade, quais sejam: contabilidade social; contabilidade ambiental; relatórios sociais de apoio à gestão ambiental; responsabilidade social e ambiental; contabilidade para as ONGs: terceiro setor; políticas públicas; orçamento e contabilidade governamental; e lei de responsabilidade fiscal.

2.1 Contabilidade Social

Segundo Edey e Peacock (1974, p. 12) a Contabilidade Social “trata da classificação estatística das atividades de seres e instituições humanos de maneira que ajudem a compreender o funcionamento da economia como um todo”.

A Contabilidade Social apresenta como principais demonstrativos o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado, pois é a través destes que são publicadas as atividades produtivas de uma economia que foram previamente mensuradas mediante técnicas estatísticas. Para Kroetz (1999, p. 10):

A Contabilidade Social visa criar um sistema capaz de inventariar, classificar, registrar, demonstrar, avaliar e explicar os dados sobre a atividade social e ambiental da entidade, de modo que no final de cada exercício ou a qualquer momento se possa preparar informes como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado.

Assim, considerando que a Contabilidade Social é um conjunto de estatísticas de ordem econômica, pode-se afirmar que a teoria macroeconômica e a Contabilidade Social

realizam progresso conjunto nas quais ambas beneficiam-se mutuamente. Como afirma Pereira e Nakano (1972, p. 1), a Contabilidade Social tem o “objetivo de possibilitar uma visão quantitativa, a mais precisa possível, da economia de um país. É uma síntese contábil dos fatos que caracterizam a atividade econômica de um país”. Desta forma, atualmente, praticamente todos os países possuem um sistema de Contabilidade Social, pois este é um mecanismo que permite ter uma visão relativamente exata do estado econômico do país e do seu ritmo de crescimento (PEREIRA; NAKANO, 1972).

2.2 Contabilidade Ambiental

A Gestão Ambiental ocupa-se de delinear as maneiras de gerenciar, de forma racional, os diversos recursos naturais com o intuito de minimizar os variados tipos de poluição que as atividades econômicas e sociais podem causar no espaço em que as organizações estão inseridas. Assim como afirma Ribeiro (2006, p. 44), “o combate a todas as formas de poluição é uma obrigação de toda a sociedade”. Diferentes áreas do conhecimento já estão empenhando-se em contribuir para essa causa, sendo assim, impõe-se a contribuição da Ciência Contábil e se destaca a relevância do surgimento de áreas especializadas da mesma que se ocupem exclusivamente de tais problemas.

O desenvolvimento da Contabilidade Ambiental é resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental. É importante frisar que a Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a um conjunto de informações que relatem adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio. Esse conjunto de informações não é outra contabilidade, mas uma especialização (FERREIRA, 2006, p. 59).

Sendo assim, esta área especializada da Contabilidade, é um essencial instrumento de gestão que promove a transparência e oferece informações adicionais para os usuários externos que desejam verificar e controlar os impactos ambientais causados pela entidade na qual possuem transações; e para os usuários internos que objetivando atuar com responsabilidade ambiental, procuram definir programas e políticas ambientais visando o desenvolvimento sustentável cada vez mais eficiente.

2.3 Relatórios Sociais de Apoio a Gestão Ambiental

O maior objetivo da gestão ambiental é introduzir a variável meio ambiente no planejamento empresarial e identificar os impactos ambientais dos processos produtivos para o desenvolvimento de políticas que torne possível a administração desses problemas visando atender as crescentes restrições dos mercados exigentes e as aparentes ameaças da legislação ambiental.

Porém, Almeida *apud* Tinoco e Kraemer (2004, p. 254) afirma que “não basta uma empresa se declarar ecoeficiente e socialmente responsável. É preciso prova. Para isso, deve adotar indicadores, medi-los e apresentá-los aos tomadores de decisão e *stakeholders*”. Para que tal apresentação seja eficiente, empreendem-se algumas formas de evidenciação que devem levar em consideração tanto o destinatário como a finalidade dos fatos a serem demonstrados. Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 254), as principais formas de evidenciação das entidades são: “Forma e disposição dos demonstrativos contábeis e formais; informações entre parênteses; notas explicativas; quadros e demonstrativos suplementares; comentários do auditor e relatório do conselho de administração e da auditoria”.

A divulgação de informações ambientais não é compulsória e pode ser considerada relativamente nova. Outrora, o alto custo e a não exigência de cuidados para com o meio ambiente por parte da sociedade em sua maioria, não faziam com que as entidades se preocupassem com tal demonstração. Entretanto, com a evolução ocorrida no meio social, resultaram em maior comprometimento e responsabilidade com os fatores ambientais.

2.4 Responsabilidade Social e Ambiental

O cenário mundial tem passado por transformações de ordem econômica, política, social e cultural que acarretou em uma profunda mudança de comportamento por parte dos responsáveis pela gestão empresarial que anteriormente visavam somente à maximização do lucro. Esse processo cambiante e evolutivo da sociedade fez com que os profissionais da área econômica passassem a desenvolver maneiras de consolidar as diversas demandas dos agentes econômicos e as metas das organizações, desenvolvendo dessa forma uma gestão socialmente responsável. Dessa maneira, o Instituto Ethos (2006, p. 3) conceitua:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

As entidades, numa base voluntária, deveriam desenvolver projetos com o intuito de promover um meio ambiente saudável e uma sociedade estável, principalmente no espaço geográfico na qual estão inseridas. A velocidade com que as informações propagam-se atualmente, de certa forma, obriga as empresas a atuar e divulgar dados sobre suas ações para manterem-se no mercado competitivo.

2.5 Contabilidade para as ONGs: Terceiro Setor

As organizações pertencentes ao terceiro setor objetivam prestar serviços de caráter público para ajudar a sociedade em diversas áreas, visando essencialmente o bem estar da comunidade, porém mantendo-se sempre a característica de não distribuição do lucro obtido com o desenvolvimento das atividades.

A filantropia, apesar de ser uma característica muito importante das organizações do terceiro setor ou também conhecidas como organizações não governamentais, não é a única. Conforme o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social – editado pelo CFC *apud* Camelo et al (2006, p. 43), o terceiro setor deverá apresentar as seguintes características:

- promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- manutenção de finalidades não-lucrativas;
- adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- atividades financiadas por subvenção do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, e fins econômicos) e de particulares;
- aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina;
- desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do estado (CFC, 2003, p. 23)

As funções desempenhadas pelas entidades filantrópicas são essenciais para o progresso e crescimento de qualquer país, pois, ao desenvolver atividades que visam o bem-

estar social, estas contribuem para suprir certas necessidades que em grande parte não são realizadas pelo Estado, mas que são primordiais, além do aprimoramento da formação cidadã que inclui a difusão de valores morais e éticos.

2.6 Políticas Públicas

As transformações ocorridas na sociedade fizeram com que o Estado modificasse seu foco ou objetivo principal de atuação. Em tempos remotos, séculos XIII e XIX, a principal preocupação do mesmo era a segurança pública e a defesa em caso de ataque, porém, atualmente, aponta-se como principal função do Estado à promoção do bem estar da sociedade (SEBRAE, 2008). Sendo assim, as ações desempenhadas pelo Estado, seja a nível federal, estadual e municipal que visam atender as necessidades ou interesses públicos são denominadas de políticas públicas. Estas requerem ações, e estão direcionadas a várias áreas da sociedade, podendo ser na saúde, educação, segurança e meio ambiente. Tais ações, anteriormente, eram tomadas exclusivamente pelos órgãos do sistema público, porém, atualmente, são desempenhadas juntamente com organizações não governamentais e inclusive com instituições que compõem o sistema privado.

Porém, mesmo as ações sendo desenvolvidas por diversas instituições, os recursos para atender a todas as necessidades são escassos, transformando-se, desta forma, em motivo de disputa. Frequentemente, o Estado recebe requisições para realizar diversas atividades na esfera social e cabe ao mesmo decidir a ordem de prioridade de tais demandas, pois é a função do mesmo desenvolver ações de caráter preventivo e de melhorias para com a sociedade.

2.7 Orçamento e Contabilidade Governamental

O Orçamento Público é um importante instrumento que permite planejamento, este é empregado pelos gestores responsáveis das finanças públicas. Tal planejamento realiza-se a través de resultados de exercícios anteriores, no qual se faz uma programação dos recursos que serão utilizados para a prestação dos serviços e uma estimativa do montante de receita prevista para o período que, no Brasil, coincide com o ano civil. Segundo D'áuria (1959, p. 19), "Orçamento é, portanto, a fixação das despesas a serem pagas em dado exercício, as quais são contrabalançadas com a previsão de receita necessária".

Além disso, a Contabilidade Pública, que em uma percepção contemporânea denomina-se Contabilidade Governamental, corresponde à subárea da Contabilidade que tem como objeto de estudo os recursos pertencentes às entidades públicas.

Na concepção de Kohama (1998, p. 50),

A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afeta as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estado, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de metodologia especialmente concebida para tal, que utiliza-se de contas escrituradas nos seguintes sistemas: Sistema Orçamentário, Sistema Financeiro, Sistema Patrimonial e Sistema de Compensação.

O Orçamento Público e a Contabilidade Governamental constituem dois instrumentos importantíssimos para o planejamento e controle das finanças públicas, sendo de relevância que os encarregados os utilizem de maneira correta para manter a transparência na gestão dos recursos advindos da sociedade.

2.8 Lei de Responsabilidades Fiscal

A Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), originou-se tendo como inspiração o “Manual de boas práticas para a transparência fiscal”, elaborado pelo Fundo Monetário Nacional (FMI) e cuja Lei está em vigor em vários países, como, por exemplo, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália, Argentina, etc. (ENZWEILER, 2003). Esta Lei objetiva impor normas que controlem as finanças públicas visando o equilíbrio orçamentário, sendo aplicável aos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e tanto ao nível Federal quanto o Estadual e Municipal.

A LRF é relevante devido que visa, além de outros pontos, a moralidade e seriedade por parte dos gestores das finanças e entidades públicas, pois está voltada para a responsabilidade da gestão fiscal. Desse modo, a Lei complementar nº 101/00, Art. 1º, § 1º, estabelece que:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Sendo assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi editada para que os administradores planejem suas ações no que tange a utilização de recursos públicos, proporcionando transparência através da divulgação dos fatos para que seja possível o controle e aprimorando da responsabilidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A utilização e especificação dos métodos utilizados para o desenvolvimento de pesquisas é essencial, pois atribui caráter científico aos estudos, distinguindo-o das demais formas de conhecimentos.

Sendo assim, quanto aos objetivos, a presente pesquisa classifica-se como descritiva e explicativa, pois assim como afirma DEMO (1989, p. 13), “... as pesquisas descritivas são observadas, registradas, analisadas, classificadas e interpretadas, sem interferência do pesquisador...”. É explicativa por possuir como principal inquietação a identificação dos fatores determinantes para a ocorrência dos fatos ou fenômenos, resultantes da pesquisa.

No que tange à natureza do problema, classifica-se como aplicada por buscar analisar questões práticas da produção científica brasileira. Além disso, para atingir os objetivos propostos utilizou-se uma abordagem qualitativa, pois a pesquisa proporcionará medidas precisas e confiáveis que permitiram uma análise sobre a produção científica, sendo que não se empregou métodos e técnicas estatísticas sofisticadas, senão apenas números absolutos, percentuais etc.

Quanto ao método de pesquisa, classifica-se como dedutiva devido que a análise realizada servirá de base para a determinação final ou conclusão, pois conforme PARRA FILHO e SANTOS (2000, p. 22), “caracterizam o método dedutivo como aquele que se parte de uma situação ou proposição geral e se particularizam conclusões”.

No que tange aos procedimentos técnicos, classifica-se como documental por valer-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, sendo que será investigada e

analisada a produção científica (1994 a 2011) na área de Contabilidade e Sociedade publicada nos anais do Congresso Anpcont, Congresso Brasileiro de Custos, Congresso Enanpad e Congresso USP em Contabilidade e Controladoria.

Desse modo, para cumprir com o objetivo desta pesquisa, as mudanças relevantes investigadas foram sistematizadas em um formulário/roteiro construído com o auxílio do programa de *software Microsoft Excel*. Tal formulário foi elaborado com base a cinco dimensões com critérios específicos de avaliação de cada item. A seguir apresentam-se as dimensões e seus respectivos critérios estabelecidos.

- 1 Quantitativa: Número de artigos coletados referentes a todas as subáreas.
- 2 Área Temática: Classificação de cada produção científica nas áreas temáticas.
- 3 Referencial Teórico: Composta pelas fontes empregadas para o desenvolvimento de cada produção científica analisada.
- 4 Metodologia: A análise desta dimensão compreende a classificação metodológica exposta por Borinelli (2006, p. 49-58).
- 5 Cientificidade: Abrange a análise do grau de cientificidade de cada produção científica.

Para a análise dos textos, estabeleceu-se a utilização de aspectos apenas objetivos, ou seja, nas cinco dimensões somente foram consideradas as informações claramente expostas pelos autores, desconsiderando aquelas que poderiam ser deduzidas ou interpretadas.

A amostra caracteriza-se como intencional e os materiais foram coletados diretamente dos *sites* e *CD-Rom*. A pesquisa foi realizada a partir da consulta dos anais do Congresso supracitados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção destina-se a apresentação dos resultados específicos de cada dimensão definida anteriormente, sendo que os mesmos foram obtidos mediante a análise individual de cada produção científica disponível nas plataformas de estudo que pertence à subárea de Contabilidade e Sociedade.

A dimensão **quantitativa** objetiva a identificação dos trabalhos de acordo com as delimitações estabelecidas após a coleta dos mesmos. A Tabela 01 apresenta os resultados obtidos relativos a esta primeira dimensão.

Tabela 01: Quantidade de artigos publicados em Contabilidade e Sociedade nos anais do Congresso Anpcont, Congresso Brasileiro de Custos, Congresso EnANPAD e Congresso USP em Controladoria e Contabilidade entre 1994 e 2011.

Ano	Anpcont			Custos			Enanpad			USP		
	Total de Artigos	Contab. e Sociedade	%	Total de Artigos	Contab. e Sociedade	%	Total de Artigos	Contab. e Sociedade	%	Total de Artigos	Contab. e Sociedade	%
1994	0	0	0	27	0	0,00	0	0	0	0	0	0
1995	0	0	0	88	1	1,14	0	0	0	0	0	0
1996	0	0	0	46	0	0,00	0	0	0	0	0	0
1997	0	0	0	49	0	0,00	241	5	2,07	0	0	0
1998	0	0	0	77	2	2,60	250	1	0,40	0	0	0
1999	0	0	0	104	5	4,81	270	3	1,11	0	0	0
2000	0	0	0	139	11	7,91	364	10	2,75	0	0	0
2001	0	0	0	133	15	11,28	434	5	1,15	71	6	8,45
2002	0	0	0	178	19	10,67	553	9	1,63	78	4	5,13
2003	0	0	0	139	5	3,60	586	2	0,34	83	9	10,84
2004	0	0	0	242	21	8,68	799	11	1,38	100	10	10,00
2005	0	0	0	350	21	6,00	790	11	1,39	100	8	8,00
2006	0	0	0	94	30	31,91	839	17	2,03	150	8	5,33
2007	47	8	17,02	161	20	12,42	962	3	0,31	120	7	5,83
2008	47	4	8,51	267	23	8,61	1001	29	2,90	84	7	8,33
2009	105	7	6,67	251	28	11,16	873	44	5,04	68	7	10,29
2010	82	11	13,41	270	29	10,74	854	49	5,74	101	5	4,95
2011	100	10	10,00	199	23	11,56	868	49	5,65	104	14	13,46
Total	381	40	10,50	2.814	253	8,99	9.684	248	2,56	1.059	85	8,03

Fonte: Desenvolvida pelos autores, 2013.

De acordo com os dados da Tabela 01, os congressos consultados publicaram 13.938 artigos científicos, sendo que apenas 4,49%, ou seja, 626 trabalhos pertencem à área de Contabilidade e Sociedade. O Congresso Enanpad apresenta o maior número de artigos publicados, 9.684, porém, em relação à área estudada, ostenta-se com o menor percentual de produções científicas, apenas 2,56%. No entanto, o inverso ocorre com o Congresso Anpcont que apesar da menor quantidade de textos publicados, 381, possui o maior índice de artigos voltados a área analisada, 10,50%.

O Congresso Brasileiro de Custos e o Congresso USP em Controladoria e Contabilidade apresentaram, respectivamente, 8,99% e 8,03% de suas publicações voltadas à área de Contabilidade e Sociedade. Apesar da proximidade entre os percentuais destes dois congressos, vale destacar que o segundo é relativamente novo em relação ao primeiro sendo sete anos a diferença de publicação entre ambos.

Na dimensão **área temática**, o objetivo é o enquadramento dos trabalhos identificados nos tópicos definidos, a fim de levantar os temas de maior interesse dos autores em suas publicações. A Tabela 02 apresenta a classificação dos artigos apresentados nos anais dos Congressos.

Tabela 02: Distribuição dos artigos de acordo com a área temática.

Área temática	Congresso Anpcont	Congresso Brasileiro de Custos	Congresso Enanpad	Congresso USP	TOTAL
Contabilidade Social	0	0	9	2	11
Contabilidade Ambiental	4	81	19	20	124
Contabilidade para ONG's/Terceiro Setor	1	17	27	4	49
Relatórios Sociais de Apoio à Gestão Ambiental	3	2	6	0	11
Políticas Públicas	6	9	32	4	51
Responsabilidade Social e Ambiental	12	74	119	22	227
Lei de Responsabilidade Fiscal	4	14	14	6	38
Orçamento e Contabilidade Governamental	10	56	22	27	115
TOTAL	40	253	248	85	626

Fonte: Desenvolvida pelos autores, 2013.

Os dados disponibilizados na Tabela 02 permitem inferir que os temas de maior interesse e discussão no Congresso Anpcont, Congresso Brasileiro de Custos, Congresso Enanpad e Congresso USP em Controladoria e Contabilidade, nos últimos dezessete anos são: Responsabilidade Social e Ambiental, Contabilidade Ambiental e Orçamento e Contabilidade Governamental e, além disso, os tópicos com menor quantidade de publicações referem-se aos temas de Contabilidade Social e Relatórios Sociais de Apoio à Gestão Ambiental.

Na dimensão **referencial teórico**, classificou-se todas as referências bibliográficas empregadas pelos autores presentes nos textos pertencentes ao espaço e período de abrangência da pesquisa. Desse modo, os resultados obtidos nas análises das produções científicas publicadas dos anais dos congressos em estudo apresentam-se no Gráfico 01.

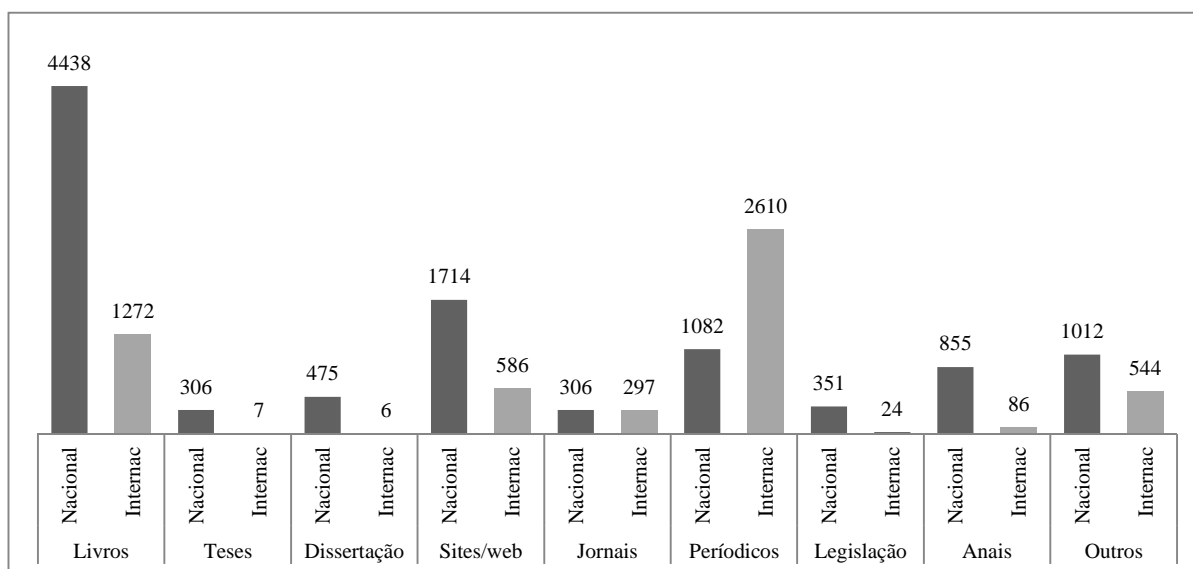


Gráfico 01: Origem do material empregado pelos autores na elaboração dos artigos científicos.

Fonte: Desenvolvida pelos autores, 2013.

Constata-se, de acordo com o Gráfico 01, que a utilização de materiais nacionais é superior aos de origem internacional na maioria dos tipos de fontes empregadas, este fato difere-se apenas nos periódicos na qual a procura por materiais estrangeiros resultou com maior índice. Consultou-se 10.539 obras de origem nacional e 5.432 de origem internacional, totalizando 15.971 materiais identificados e analisados. Ao verificar a tipologia dos materiais empregados verificou-se que as fontes mais consultadas são os livros nacionais, porém, os

periódicos internacionais são frequentemente examinados atribuindo maior qualidade as produções desenvolvidas.

Na dimensão **metodológica** classificaram-se os procedimentos metodológicos de acordo com a forma admitida por Borinelli (2006, p. 58). Segunda essa classificação, obtiveram-se os resultados conforme evidenciam a Tabela 03.

Tabela 03: Publicações segundo a classificação metodológica admitida na pesquisa.

Tipos de Pesquisa	Congresso Anpcont	Congresso Brasileiro de Custos	Congresso Enanpad	Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	TOTAL
Quanto aos objetivos					
Descritiva	6	19	22	5	52
Exploratória	10	44	60	16	130
Explicativa	4	2	6	1	13
Descritiva-explicativa	1	31	17	3	52
Exploratória-descritiva	2	16	33	3	54
Não especificado	17	141	110	57	325
TOTAL	40	253	248	85	626
Quanto à abordagem					
Indutivo	3	4	11	1	19
Dedutivo	2	7	8	3	20
Hipotético-dedutivo	2	0	0	0	2
Dialético	0	0	4	0	4
Não especificado	33	242	225	81	581
TOTAL	40	253	248	85	626
Quanto aos procedimentos técnicos					
Bibliográfica	4	32	20	18	74
Documental	14	34	53	14	115
Experimental	1	2	2	0	5
Levantamento	2	7	12	2	23
Estudo de caso	1	61	73	10	145
Pesquisa ação	0	2	0	0	2
Survey	1	4	14	3	22
Não especificado	17	111	74	38	240
TOTAL	40	253	248	85	626
Quanto ao método de procedimento					
Histórico	0	0	0	0	0
Monográfico	0	1	0	0	1
Comparativo	1	1	5	1	8
Etnográfico	0	0	1	0	1
Estatístico	11	23	21	13	68
Tipológico	0	0	0	0	0
Funcionalista	0	0	1	0	1
Estruturalista	0	0	1	0	1
Correlação	2	2	5	2	11
Regressão	9	6	10	5	30
Descritiva	2	4	6	6	18
Analítica	4	11	41	3	59
Não especificado	11	205	157	55	428
TOTAL	40	253	248	85	626

Fonte: Desenvolvida pelos autores, 2013.

Continuação da Tabela 03: Publicações segundo a classificação metodológica admitida na pesquisa.

Tipos de Pesquisa	Congresso Anpcont	Congresso Brasileiro de Custos	Congresso Enanpad	Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	TOTAL
Quanto às técnicas					
Observação	0	1	1	0	2
Entrevista	1	17	30	4	52
Questionário	7	24	24	10	65
Formulário	1	1	2	2	6
Medidas de opinião e de atitude	0	0	2	0	2
Sóciometria	0	0	7	0	7
Análise de Conteúdo	7	18	31	1	57
História de vida	0	0	0	0	0
Pesquisa de mercado	0	0	0	0	0
Mais de uma técnica de coleta	1	14	41	4	60
Não utilizou técnica de coleta	0	0	0	0	0
Não especificado	23	178	110	64	375
TOTAL	40	253	248	85	626
Quanto ao ambiente de pesquisa					
De campo	6	20	41	12	79
Laboratório	0	0	0	0	0
Bibliográfica	4	0	13	0	17
Não especificado	30	233	194	73	530
TOTAL	40	253	248	85	626
Quanto à natureza das variáveis					
Quantitativa	10	28	28	12	78
Qualitativa	6	35	83	13	137
Mista	3	19	31	10	63
Não especificado	21	171	106	50	348
TOTAL	40	253	248	85	626
Quanto à natureza da pesquisa					
Pura	0	0	0	0	0
Aplicada	2	11	3	3	19
Não especificado	38	242	245	82	607
TOTAL	40	253	248	85	626

Fonte: Desenvolvida pelos autores, 2013.

Conforme os dados evidenciados na Tabela 03, observa-se que os artigos publicados no Congresso Anpcont, Congresso Brasileiro de Custos, Congresso EnANPAD e Congresso USP em Controladoria e Contabilidade têm apresentado baixo rigor metodológico empregado pelos autores, fato este que se evidencia com os números expressivamente altos no campo “não especificado”. Além disso, pode-se inferir que na população em estudo, os autores utilizam com maior frequência determinados procedimentos metodológicos, sendo eles, quanto aos procedimentos técnicos, quanto aos objetivos e quanto à natureza das variáveis.

Por último, a dimensão **cientificidade** visa à verificação da utilização (ou não) dos critérios básicos necessários para considerar uma pesquisa como científica. A Tabela 04 disponibiliza os resultados obtidos nas análises dos artigos identificados nos anais dos congressos brasileiros em estudo.

Tabela 04: Distribuição das produções científicas segundo os critérios de cientificidade.

Critério	Congresso Anpcont	Congresso Brasileiro de Custos	Congresso Enanpad	Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	TOTAL
Problema	36	210	179	52	477
Questão	27	86	93	35	241
Hipótese	21	18	55	20	114
Objetivo	38	249	229	83	599
Delimitação Conceitual	34	91	197	45	367
Delimitação Temporal	27	106	108	35	276
Delimitação Espacial	35	172	183	58	448
Justificativa/Contribuição	26	117	140	43	326
Limitação	17	32	74	25	148

Fonte: Desenvolvida pelos autores, 2013.

A Tabela 04 expõe que há elevada variabilidade na utilização dos critérios básicos de cientificidade. Assim, dos 626 artigos analisados, 95,69% destes apresentaram o objetivo de pesquisa e 76,20% continham o problema claramente definido. Porém, apenas 18,21% dos mesmos expunham as hipóteses a serem testadas e 23,64% esclareceram as limitações do estudo desenvolvido.

5 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa descritiva-explicativa foi identificar, analisar e descrever as mudanças relevantes ocorridas na produção científica brasileira na área de Contabilidade e Sociedade publicada nos anais do Congresso Anpcont, Congresso Brasileiro de Custos, Congresso EnANPAD e Congresso USP em Controladoria e Contabilidade entre 1994 e 2011. A análise realizou-se mediante a utilização de cinco dimensões propostas, sendo elas: quantitativa, área temática, referencial teórico, metodologia e cientificidade.

Na dimensão **quantitativa**, as publicações dos trabalhos científicos desenvolvidos em Contabilidade e Sociedade nos anais dos quatro congressos supracitados durante o período analisado apresentaram, em linhas gerais, um aumento gradativo ao decorrer dos dezessete anos pesquisados.

No que tange a dimensão da **área temática**, verificou-se que os temas de maior interesse dos autores das produções científicas são: Responsabilidade Social e Ambiental, Contabilidade Ambiental e Orçamento e Contabilidade Governamental. O elevado número de publicações referentes a temas ambientais se justifica pela atual demanda de informações e a crescente exigência de comportamento ambientalmente correto por vários agentes sociais.

A dimensão **referencial teórico** aponta que para o desenvolvimento das produções científicas voltadas à Contabilidade e Sociedade no período 1994-2011, os autores utilizaram, em sua maioria, materiais de origem nacional, sendo que os livros foram os mais consultados, seguido dos periódicos internacionais e *sites/web* nacionais. É importante ressaltar que o emprego de fontes internacionais denota mais qualidade e atualidade aos trabalhos desenvolvidos.

Os resultados obtidos quanto à dimensão **metodológica** indicam que os pesquisadores atribuem maior relevância a determinados itens, denotando baixo rigor metodológico empregado pelos autores, fato este que se evidencia com os números expressivamente altos no campo “não especificado” nas análises realizadas. Assim, nos quatro congressos em estudo,

os pesquisadores classificaram suas pesquisas, principalmente, procedimentos técnicos, quanto aos objetivos e quanto à natureza das variáveis, sendo que os métodos restantes não foram frequentemente especificados nos procedimentos metodológicos. Contudo, a correta classificação metodológica é essencial, pois descreve e torna um trabalho com alto valor científico.

Por fim, na dimensão **cientificidade** dos artigos, estes foram empregados mediante a presença de aspectos mínimos exigidos para um trabalho de cunho científico elaborado pelos pesquisadores. Os componentes frequentemente utilizados foram objetivo, problema e delimitação espacial em detrimento de outros como hipótese, limitação e questão.

A área contábil, principalmente a voltada à Contabilidade e Sociedade apresenta-se como um campo que permite grande número de pesquisas diferenciadas. Isto é decorrente do fato das constantes novas exigências de evidenciação de relatórios que apresentem os resultados voltados aos campos sociais por parte de vários agente que compõem a sociedade atual.

REFERÊNCIAS

- BORINELLI, Márcio L. Estrutura conceitual básica de controladoria: sistematização à luz da teoria e da práxis. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- BRASIL, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília: 05 maio. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 13 nov. 2011.
- CAMELO, Augusto César Oliveira *et al.* A importância do gerenciamento contábil para as organizações do terceiro setor. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**. Maringá, v. 25 – N.2, p.41-54, Maio-Agosto 2006.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios Fundamentais e normas brasileiras de Contabilidade. 2. ed. 2005. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/uparq/livro-nbc-gerais.pdf>> Acesso em: 29 out. 2011.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- D'ÁURIA, Francisco. **Contabilidade pública**. 9º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- EDEY, Harold C.; PEACOCK, Alan T. **Renda Nacional e Contabilidade Social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- ENZWEILER, Romano José. O princípio da autonomia administrativa e financeira do poder judiciário e a Lei de Responsabilidade Fiscal. *In: Revista Forense*. v. 368, p. 165-182, jul./ago. 2003.
- ETHOS, INSTITUTO. **A Gestão para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável**. 2006. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/RevistaFAT03_ethos.pdf> Acesso em: 01 out. 2011.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Contabilidade Social. 1999. Disponível em:
<http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%5CGest%C3%A3o%20dos%20Recursos%20Naturais/157_1_arquivo_csocial.pdf> Acesso em: 15 ago. 2011.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Apresentação de trabalhos científicos: monografia, TCC, teses e dissertações**. 3.ed. São Paulo: Futura, 2000.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; NAKANO, Yoshiaki. Contabilidade Social. 1972. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1972/72.ContabilidadeSocial.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2011.

RIBEIRO, Maisa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEBRAE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Vol 7. Minas Gerais: 2008. Disponível em:<[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/\\$File/NT00040D52.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/$File/NT00040D52.pdf)> Acesso em: 29 out.2011.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.